

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte;
permitida a citação. A citação deve ser fiel à
gravação, com indicação de fonte conforme
abaixo.

CARVALHO, Luiz Carlos Corrêa. Luiz
Carlos Corrêa Carvalho (depoimento,
2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação
Getulio Vargas (FGV), (1h 22min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do
convênio entre ESCOLA DE ECONOMIA
DE SÃO PAULO (EESP/FGV) e
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV).
É obrigatório o crédito às instituições
mencionadas.

**Luiz Carlos Corrêa Carvalho
(depoimento, 2012)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Ana Carolina Bichoffe; Mário Grynszpan;

Técnico de gravação: Ignorado; Ítalo Rocha Viana;

Local: Piracicaba - SP - Brasil;

Data: 15/10/2012

Duração: 1h 22min

Arquivo digital - áudio: 2; Arquivo digital - vídeo: 2; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Trajetória e pensamento das elites do agronegócio”, desenvolvido entre setembro de 2011 e dezembro de 2012, com financiamento da presidência da Fundação Getulio Vargas. O projeto tem como objetivos a constituição de um banco de depoimentos (registrados em áudio e vídeo), que deverá ser disponibilizado na internet e, eventualmente, servirá como fonte para a publicação de um livro.

Temas: Agricultura; Agroindústria; Biotecnologia; Cana de açúcar; Economia; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Estados Unidos da América; Família; Fundação Getulio Vargas; Inflação; Instituto do Açúcar e do Alcool; Japão; Legislação trabalhista; Mato Grosso; Política agrícola; Reforma agrária; Regime militar; Sociedade civil; Universidade de São Paulo;

Sumário

Entrevista: 15/10/2012

Origens familiares; a infância em Piracicaba; influências familiares no agronegócio; formação escolar; a trajetória do trabalho com cana de açúcar; o ingresso à Universidade de São Paulo (USP) ; as interferências do regime militar na graduação; o interesse pela área de política agrícola; o trabalho na Secretaria de Agricultura de São Paulo; o trabalho no Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA); a relação com a equipe da Fundação Getúlio Vargas (FGV); o surgimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); o acordo com o Japão; a década de 1980 e as interferências na agricultura; a atuação na Comissão Executiva Nacional do Alcool (Cenal); a questão socioambiental; a relação com os Estados Unidos; a agricultura vista como vilã da inflação; as perseguições no campo; os problemas de logística em Mato Grosso; as condições do trabalhador rural; a questão da Reforma Agrária no Brasil nos anos de 1980; a busca pelo equilíbrio da cadeia produtiva; o papel da Abag; a importância da imagem da agricultura na sociedade; a aproximação com o público urbano; a questão da legislação nos trabalhos no campo; o processo de industrialização brasileiro com base na agricultura; as relações externas para a economia brasileira; a importância da biotecnologia; a questão tributária na agricultura; a transformação no perfil do agricultor; a questão da terceirização; o processo de arrendamento de terras; conclusões e agradecimentos.

Entrevista: 15/10/2012

M.G. – Doutor Luiz Carlos, eu queria que você falasse um pouco das suas origens, dos seus pais, onde o senhor nasceu, enfim, que o senhor falasse um pouquinho de como tudo começou.

L.C. – Bom, eu sou jacu de Piracicaba, interior de São Paulo.

M.G. – [riso] O senhor nasceu em que ano?

L.C. – Nasci em 1951. E a minha família basicamente tem toda origem aqui de São Paulo, nessa região. E todos eles com muita ligação com o agronegócio. Eu sou talvez um dos mais urbanos das minhas gerações, mas sempre ligado ao agronegócio. Então, portanto, toda a minha infância, minha adolescência, enfim, sempre foi de algum modo ligado ao que estava acontecendo com a produção, muita visão de produção, digamos, do sofrimento do agricultor, da história das culturas. E sempre muito com cana de açúcar, soja, um pouco de milho e algodão, mas muito com cana de açúcar. Então, digamos, o meu pai é agrônomo e a maior parte da minha família é formada em engenheiros agrônomos.

M.G. – O seu pai estudou onde?

L.C. – Formou em Piracicaba também, na Luiz de Queiroz assim como eu. Tem um lado grande da minha família que tem um lado de pesquisa muito forte, eu tenho tios que foram secretários da agricultura aqui em São Paulo, que foram grandes pesquisadores do Instituto Agronômico de Campinas. Do lado do meu pai o famoso Alcides Carvalho¹ que é o homem de todas as variedades de café. Do lado da minha mãe, o Antoninho Rodrigues², que é o pai do Roberto Rodrigues da Getúlio Vargas. Então foram pessoas que eu convivi a minha infância. Então, de fato, a minha juventude foi toda em cima de agronegócio e eu me formei pela Luiz de Queiroz em 73, e trabalhei quase que todo tempo da minha vida com cana de açúcar. Então, a minha formação básica... Eu trabalhei oito anos com pesquisa e desenvolvimento em cana – foi quando eu aprendi, digamos assim, a essência do que era aquilo que eu trabalhava; as questões históricas, os valores todos. Naquela época, eu me formei justamente em um período que nós estávamos em plena revolução militar, então não era um período tão fácil, mas era um período no qual o agronegócio se desenvolveu muito fortemente. Nós

¹ Alcides Carvalho (1913 – 1993) engenheiro agrônomo formado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) (1934) iniciou sua carreira no Instituto Agronômico de Campinas (IAC) onde foi colaborador no "Plano geral de estudos do cafeeiro". A partir da década de 1940, liderou a continuidade do programa pioneiro de melhoramento genético (1948 - 1981). A finalidade do Instituto era conseguir linhagens mais produtivas, para que o Brasil pudesse competir no mercado internacional. Todo o material coletado, tanto de variedades como de espécies de café, foi conservado em coleção, no banco de germoplasma, mantido atualmente em Campinas. Os principais prêmios de Alcides foram: título de Doutor honoris causa pela Esalq; Prêmio Nacional de Ciência e Tecnologia (1982); e considerado "servidor emérito" pelo governo de São Paulo.

² Referência a Antônio José Rodrigues Filho, engenheiro agrônomo formado pela Esalq e ex-secretário de agricultura do Estado de São Paulo do 2º período de governo de Adhemar de Barros (1963-1966) e do 1º de Laudo Natel (1966-1967); e vice-governador do Estado, no 2º mandato de Laudo Natel (1971-1975). Antônio José é pai de João Roberto Rodrigues, engenheiro agrônomo também formado pela Esalq, professor e ex-ministro da Agricultura durante o 1º mandato do governo Lula (2003 – 2006).

estamos falando... Eu me formo juntamente com a criação da Embrapa³. Então todo esse grande desenvolvimento que houve da agricultura eu vi com os meus olhos.

M.G. – Qual foi o ano da sua formatura?

L.C. – 73. Então, vamos dizer assim, todo o desenvolvimento daquilo que hoje é o agronegócio brasileiro aconteceu de lá para cá. Então eu vivenciei com muita força, com muita participação.

M.G. – Deixa eu te perguntar uma coisa, além de agrônomo o seu pai é fazendeiro também? Vocês têm terras também?

L.C. – Do lado da minha mãe sim, a família sim. Do lado do meu pai não, ele é escritor, intelectual, é outra linha. O lado da minha mãe que é o lado mais de terra, de agricultura.

M.G. – E a sua mãe estudou também?

L.C. – A minha mãe é formada professora, foi professora, trabalhou em museu, enfim, o Sesi⁴, na Caixa Econômica⁵ – fez as coisas dela.

M.G. – Antes de ir para a faculdade, o senhor estudou em que escolas?

L.C. – Eu sempre fui à escola normal, em escola que era de governo.

M.G. – Escola pública.

L.C. – Sempre foi escola pública. Aliás, sempre, a faculdade também, eu nunca estudei em outra... Os meus filhos todos foram em privada, mas a minha vida ainda foi... A escola pública era a melhor coisa que tinha. Eu me lembro de que entrei direto na USP do terceiro científico sem fazer cursinho, entrei direto. Havia qualidades. E me lembro, coisa que a gente não vê hoje, o primeiro ano da Esalq era muito difícil matemática, dava pau em todo mundo. Eu já tinha formado em junho, porque o que eles estavam dando – funções, derivadas – eu já tinha tido, imagina, no científico. Eu me lembro

³ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Instalada em 1973, pelo então presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, a Embrapa vinculava-se ao Ministério da Agricultura. Seu principal objetivo era o de produção de conhecimento científico para apoiar o desenvolvimento agrícola. Atualmente a instituição ainda segue essa diretriz com centenas de unidades de centros de pesquisa e extensão no Brasil e exterior e com a produção e manutenção de um amplo patrimônio de conhecimento científico e tecnológico.

⁴ Serviço Social da Indústria (Sesi). Criado em 1946 durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) onde se atribuía à Confederação Nacional da Indústria (CNI) a criação, direção e organização do Serviço Social da Indústria (SESI). Trata-se, portanto, de uma entidade de direito privado, mantida e administrada pela indústria, cujo objetivo é a melhoria da qualidade de vida do industrial e seus dependentes.

⁵ Caixa Econômica Federal (CEF), criada por Dom Pedro II (1861) sob o nome de *Caixa Econômica e Monte de Socorro*. Seu propósito era incentivar a poupança e conceder empréstimos sob penhor, com a garantia do governo imperial. Constituída como empresa pública, atualmente a CEF atua como prestadora de serviços de natureza social, como instituição financeira, agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado brasileiro.

disso e hoje vejo com tristeza a qualidade do ensino público. Mas eu fui só ensino público, a vida toda.

M.G. – E na faculdade, o senhor chegou a ter algum tipo de militância estudantil, alguma coisa assim?

L.C. – Não, o nosso período de faculdade foi um período muito castrado, muito massacrado, foi o auge...

M.G. – Do Regime Militar.

L.C. – Imagina, o meu vestibular foi em 69, então era uma castração geral. Eu me lembro de ter aulas que o Cerrado nunca seria algo produtivo, coisas desse tipo que a gente tinha naquela época. Mas não, a participação era mínima. Foi tão difícil na época, mesmo a coisa que na escola era tradicional, os trotes e tal, até isso, eu me lembro, deu uma parada. Quer dizer, foi muito difícil mesmo para todo mundo. Mas o que fiz realmente foi estudar muito, fazer os estágios que eu precisava fazer.

M.G. – O senhor já se interessava por cana na faculdade?

L.C. – Não muito, não muito. Eu tinha mais interesse pela área de política agrícola que incluía cana, mas não necessariamente só cana, não é? Isso aconteceu mais em seguida, já profissional formado, quando eu comecei a trabalhar com P&D em cana de açúcar – era um programa de governo no setor privado, se falava Planalsucar⁶ na época. E aí, vamos dizer assim, foi onde eu tive um contato mais forte com a cana. E cana é uma cultura que acaba trazendo uma participação muito intensa, inclusive do ponto de vista socioeconômico. Então, a questão dos produtores, fornecedores de cana, havia um estatuto da lavoura canavieira. Imagina, nenhuma cultura tinha isso. Nós tínhamos o estatuto do açúcar e do álcool que determinava tudo que era feito na economia do setor. Então tinha governo que entrava para equilibrar as relações entre agricultores e industriais, tudo era regulado legalmente. Então a gente passou a conviver com essa realidade, todo esse período que isso, digamos, começou a cair a partir dos anos 80, digamos, desde que veio a Constituição de 88 e até antes dela, digamos... Principalmente quando veio Collor, veio a década de 90, é extinto o IAA, a coisa vai à mercado e a gente passa a viver uma outra realidade; explodiu de alguma forma o setor. Mas a base do setor foi criada por ação de governo. Por isso que até hoje muito do se fala, do que se tem em termos de setor de açúcar e álcool é certo comportamento do produtor, do empresário com relação ao governo, porque sempre andaram juntos, boa parte da vida deles. Então eu vivenciei muito isso, na época da escola menos. A gente tinha uma discussão que era interessante, era muito fechada, o Centro Acadêmico, coisas desse tipo, mas sem peso realmente relevante. Na verdade, o que aquele momento serviu foi muito mais para estabelecer uma maior força nas universidades, inclusive, de São Paulo sobre esse lado socioeconômico. A Esalq era muito técnica, era uma coisa que era muita disciplina de agricultura e, vamos dizer assim, na minha visão,

⁶ Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (Planalsucar) criado em 1971 para atuar como área de pesquisas do antigo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). O objetivo era renovar o elenco de variedades de cana-de-açúcar disponíveis sobre as quais se assentava a produção sucroalcooleira do país. A criação do novo programa coincidiu com a expansão gerada pelo impulso que o Proálcool representou para a expansão da cultura da cana-de-açúcar.

o pós-70 fortaleceu muito essa área econômico-social que passou a ser muito procurada, inclusive hoje é muito procurada.

M.G. – Pois é, vários economistas agrícolas, digamos assim, saíram da Esalq, têm formação em Agronomia, não é?

L.C. – A maioria é desse período, você pode procurar, são os contemporâneos meus. A maioria surgiu nessa época que eram efervescentes e que a gente discutia as condições. Então você tinha o bloco que achava que o exemplo do IAA devia ser para todas as culturas, então intervenção e desenvolvimento. Havia os que achavam que devia ser mercado – na época não era a maioria, mas havia. E havia, digamos, uma discussão de um modelo que convivesse com posição de governo com setor privado pujante. Então isso evoluiu, foi um período muito forte da questão do Socialismo, depois vem a queda do Socialismo nos anos 80. Isso tudo aconteceu nessa... Por isso que eu disse que eu me formei em um período muito rico, eu vivenciei um período muito rico da história. Passamos por tudo isso.

M.G. – Como que o senhor vai para essa área de pesquisa e desenvolvimento depois da...?

L.C. – Quando eu me formei, eu fui trabalhar na Secretaria de Agricultura em uma área que era acompanhamento, aqui em São Paulo, das condições da agricultura. Então eu convivia... Ia para o sul ver feijão, ia para Mogiana ver algodão e soja, até pouco via de cana, e fazia um relatório para uma assessoria que tinha o secretário da agricultura na época. Então vivia um período... Nesse relacionamento eu fui procurado por um pessoal de cana que precisava de alguém que tivesse uma visão mais geral das coisas para poder trabalhar na área de planejamento, em um programa de cana de açúcar que se chamava Planalsucar. Foi justamente quando estourou o Pró-álcool⁷ em 1975. Então eu comecei com Pró-álcool também. Daí eu fui para essa área de planejamento, ligada à pesquisa e desenvolvimento, trabalhei um período e depois três eu virei diretor geral desse órgão. Então eu passei... Era um diretor geral, como se fosse uma presidente desse órgão que era ligado ao IAA, então eu tinha que joelhar no milho com os generais e coronéis lá no Rio de Janeiro. Então eu vivi intensamente esse período.

M.G. – E o senhor tinha relação com o pessoal da Fundação Getúlio Vargas também? Porque eram eles que definiam os preços...

L.C. – Tinha, eu trabalhei muitos anos com o Joaquim... Poxa, não vou lembrar, sou muito ruim com nomes. A equipe da FGV tinha uma relação muito intensa comigo, tanto é que o Consecana⁸ – eu fui o coordenador da criação do Consecana – eu fiz junto

⁷ O Programa Nacional do Álcool (Próalcohol) foi um programa de substituição em larga escala dos combustíveis veiculares derivados de petróleo por álcool, financiado pelo governo brasileiro (Governo de Ernesto Geisel) a partir de 1975 devido a crise do petróleo em 1973 e agravada após a crise de 1979. Após um longo período de descrença da população sobre a viabilidade do uso do álcool como combustível, em 2003 foi lançado o primeiro carro flexível em combustível, o Gol Total-Flex da montadora Volkswagen (VW).

⁸ Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Consecana-SP). Criado em 1999 é uma associação formada por representantes das indústrias de açúcar e álcool e dos plantadores de cana-de-açúcar, que tem como principal objetivo mediar o relacionamento entre ambas as

com eles, a parte econômica do Consecana foi a FGV-Rio que fez comigo. Então eu vivenciei muito com a turma da FGV porque o IAA tinha um contrato de custo de produção, então produtividade, safra, projeção de safra, a gente tinha sempre contato. Então foram meus amigos durante anos e anos. Eu tinha muito contato com FGV-Rio.

M.G. – Esse período que o senhor está se referindo agora, segunda metade da década de 70, o senhor tinha falado antes que na Esalq que o Cerrado não ia ser produtivo...

L.C. – Isso era em todas as Universidades.

M.G. – Mas a segunda metade da década de 70 é um momento também que você começa ter a expansão da fronteira para o Cerrado, não é?

L.C. – Na verdade, a Embrapa surge nos anos 70.

M.G. – O acordo com o Japão também, não é? Você podia falar um pouquinho disso aí?

L.C. – A época do Alysso Paulinelli⁹, o grande ministro da agricultura do país...

M.G. – Ministro do Geisel, não é?

L.C. – O Alysso Paulinelli teve o apoio do Geisel que nesse sentido tinha sensibilidade para isso, a criação do Pró-álcool foi por ele. Tudo isso foi na época dele. E o avanço sobre Cerrado, tudo isso foi na época... Esse cara deixou realmente muita coisa. E quando eu me formei eu me lembro da Embrapa vim com o laço laçar agrônomo para trabalhar na Embrapa. Isso aqui, no sul, em Minas, nas faculdades todas mais tradicionais, com mais qualidade, não é? E muita gente foi para a Embrapa. E aí, com muito recurso e com o grande Alysso Paulinelli junto nós fizemos uma grande revolução no Cerrado que foi uma coisa... É uma história que poucos no mundo podem contar. E hoje o Brasil se tornou referência disso e hoje a África quer copiar, todos querem copiar o modelo brasileiro. Então isso aconteceu na década de 70 justamente no auge. Eu me lembro que era assim: cana de açúcar era muito em São Paulo... Então a Embrapa não cuidava de cana, a Embrapa foi de cuidar de soja, de milho, uma parte pecuária, Cerrado, porque cana de açúcar era uma coisa que São Paulo já estava, digamos... Tinha o Planalsucar, tinha o Agrônomo de Campinas e tinha o CTC que era

partes. O conselho criou um sistema de pagamento da cana-de-açúcar pelo teor de sacarose, com critérios técnicos para avaliar a qualidade da cana-de-açúcar entregue pelos plantadores às indústrias e para determinar o preço a ser pago ao produtor rural. O sistema tem adoção voluntária. A diretoria do Consecana-SP é composta por cinco representantes da Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (Orplana) e cinco da União da Indústria de Cana de Açúcar (Única). O conselho conta ainda com uma Câmara Técnica (Canatec), que assessora a diretoria nas questões técnicas e econômicas, constituída por seis representantes da Orplana e seis da Unica.

⁹ Engenheiro Agrônomo formado pela Escola Superior de Agricultura da Universidade Federal de Lavras (1955-1959), foi ministro da Agricultura no governo Ernesto Geisel, (15/03/1974 – 15/03/1979). Presidiu a Confederação Nacional da Agricultura. Foi filiado ao PSD, Arena, PDS e PFL. Por este último elegeu-se deputado federal por Minas Gerais nas eleições de 1986, fazendo parte da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). Foi ainda presidente do Banco do Estado de Minas Gerais por duas vezes, recebeu dezenas de condecorações dentre as quais a Medalha Marechal Rondon por Relevantes Serviços prestados à Classe Econômica Brasileira (1969).

o Centro de Tecnologia da Copersucar¹⁰ que vieram juntos mais ou menos, na década de 70. Tudo isso começou em 72. Não o IAC, começou antes, mas tanto o Planalsucar quanto o Copersucar começaram em 72 e 73 quando o preço do açúcar sai de duzentos dólares a tonelada para mil e quinhentos dólares a tonelada. Para vocês terem uma idéia, eu me lembro disso, o fundo de exportação que era gerido pelo IAA, era maior do que o fundo do petróleo. Então foi um momento em que veio a criação do Pró-álcool com o preço do petróleo em cima de uma base criada pelo IAA com projeto de modernização do setor que foi feito em 1972 e 73. Então, quando veio 75 veio uma crise de superprodução porque nós saímos matando e expandindo desse jeito que a gente faz, e o petróleo chegou em um nível de preço que toda exportação brasileira era para pagar a importação de petróleo. Aí surgiu o Geisel e solta o Proálcool. O Proálcool entrou justamente para aquela capacidade instalada ser transformada boa parte do açúcar em álcool. E aí veio a grande correria do álcool para justamente ocupar o lugar da gasolina e possibilitar a gente a tocar a vida. Enfim, essas coisas aconteceram tudo ao mesmo tempo. Enquanto isso corria o Cerrado ia sendo dominado via P&D, via trabalho da Embrapa principalmente, e claro dos agricultores. Então as décadas de 70 e 80 foram décadas muito ricas. O que nós fizemos nesse período, e eu me sinto parte disso – isso me dá muita satisfação –, foi realmente uma revolução extraordinária. Os anos 90 e os últimos anos a gente anda até, de alguma forma, patinando. O que a gente fez nos anos 70 e parte dos anos 80, até 85...

M.G. – Pois é, 80 é muito referido também como a década perdida, que foi um período ruim para agricultura também, não é?

L.C. – Até 84 a gente foi muito bem, aí foi muito mal. Mas foi uma grande riqueza. Esses dez anos, 75 a 85, foi de uma riqueza extraordinária. Alguém um dia devia escrever sobre isso. Mas depois nós entramos... Aí veio justamente a redemocratização, meados dos anos 80, quando morre o Tancredo¹¹, entra o Sarney¹² e a gente começou a combater a inflação das formas mais absurdas. Só fomos acertar isso em 93, meu Deus do céu, nós batemos cabeça de 85 a 93. No fundo, o resto é resto. A verdade foi essa, nós literalmente perdemos de 85 a 93. Tudo o que a gente fazia de alguma forma ia embora, ia para o ralo. Então esse período é um grande período perdido mesmo.

¹⁰ Criada em 1959 sob o nome de Cooperativa Central. Neste período detinha dez unidades produtoras paulistas e duas entidades cooperativas regionais, a Coopira e a Coopereste. Em 2011 o nome e a logomarca Copersucar tornaram-se de utilização exclusiva da Copersucar S.A. Com a mudança, a nova razão social da Cooperativa passou a ser Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo. Atualmente conta com 48 unidades sócias produtoras de açúcar e álcool.

¹¹ Tancredo de Almeida Neves (1910 - 1985) foi advogado, empresário e político brasileiro, tendo sido primeiro-ministro (1961 – 1962), ministro da Justiça e Negócios Interiores (1953- 1954), ministro da Fazenda (1962), e governador do estado de Minas Gerais (1983 – 1984). Em 1985 foi eleito presidente do Brasil pelo voto indireto de um colégio eleitoral, mas adoeceu gravemente, e faleceu sem ter sido empossado. Foi casado com Risoleta Guimarães Tolentino, com quem teve três filhos. É avô de Aécio Neves, governador do estado de Minas Gerais e atual Senador da República.

¹² José Sarney de Araújo Costa (1930 -) político e escritor brasileiro. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (1953) é membro da Academia Brasileira de Letras, tendo sido o 31º presidente do Brasil (1985 – 1990), governador do estado do Maranhão (1966 -1971), e Presidente do Senado Federal de (1995 – 1997), (2003 – 2005), (2009 – atual).

M.G. – O que o senhor fazia nessa época, meados dos anos 80?

L.C. – Em meados dos anos 80, imagina só, eu tinha o meu escritório de consultoria que eu trabalhava com cana de açúcar, açúcar e álcool, com várias usinas, projetos de desenvolvimento e consultoria. E em 84 para 85, quando vem redemocratização, me laçam na marra e me levam para Brasília e eu virei o secretário executivo do Cenal¹³ para cuidar do programa do álcool e virei diretor de modernização do IAA do Rio de Janeiro. Foi um sofrimento para mim, um período sofrido, mas...

M.G. – Por quê?

L.C. – Porque nós tínhamos um governo que não era mais o Tancredo, era o Sarney. Hoje é muito mais fácil você imaginar o que seria, na época a gente não sabia. Hoje você imagina o Sarney e imagina como é que foi, mas naquela época a gente... Eu me lembro que quem me levou era o Roberto Gusmão¹⁴ que era secretário do governador aqui de São Paulo... O que criou o PSDB... O Montoro¹⁵. E o objetivo era... Para vocês terem uma idéia, em janeiro de 1986, quando a gente começa em 85 para 86, nós tínhamos dois bilhões de litro álcool sobrando, não tinha demanda, tinha dinheiro do Banco Mundial para fazer novas destilarias todo mundo fazendo destilarias e não tinha mercado. Eu sentei no primeiro dia na mesa, fui olhar - eu tinha ideia -, esse era o meu campo, eu tive acesso... Travei todos os projetos, não se aprovava projetos pelo menos por dois anos, renegocieei com Banco Mundial¹⁶ para parar aquele projeto. Então o setor ficou em uma situação que não sabia como era. Imagina, um processo de redemocratização, a gente tinha boa parte dos segmentos do governo todos contra a cana

¹³ Comissão Executiva Nacional do Alcool (Cenal) criada juntamente com Conselho Nacional do Alcool (CNAL) em meados da década de 1980 para viabilizar a implementação do Proálcool.

¹⁴ Roberto Herbster Gusmão (1923) empresário, advogado e político brasileiro. É um dos fundadores e professor da Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas. Foi também delegado regional do trabalho em São Paulo (1959, 1961 e 1963). Foi vereador em São Paulo (1965), mas teve seus direitos políticos cassados pelos militares logo em seguida. Retornou à iniciativa privada e assumiu a presidência da Cervejaria Antártica. Com o fim do bipartidarismo após a reforma partidária de 1979 ingressou no Partido Popular. Defendeu a incorporação do PP ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Nos dois primeiros anos do governo Franco Montoro (1983-1985) foi presidente do Banco do Desenvolvimento do Estado de São Paulo (BADESP) e Secretário de Governo. Escolhido Ministro da Indústria e Comércio pelo presidente Tancredo Neves, exerceu o cargo nos primeiros meses do governo José Sarney.

¹⁵ André Franco Montoro (1916 —1999). Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1938) e em Filosofia e Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento (1938), posteriormente nomeada de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi professor universitário da PUC-SP; Secretário-geral do Serviço Social da Secretaria de Justiça do estado de São Paulo e procurador do Estado (1940 – 1950). Inicia a carreira política quando eleito vereador em São Paulo pelo PCB (1947). Foi eleito deputado estadual (1950) e deputado federal (1958, 1962, 1966). Foi ministro do Trabalho e Previdência Social no gabinete parlamentarista de Tancredo Neves (1961 – 1962). Em governador do Estado de São Paulo (1983 -1987). Eleito senador (1970 e 1978). Filiou-se ao PMDB e foi eleito governador de São Paulo (1982). Foi um dos responsáveis pela criação do PSDB (1988). Presidente nacional do PSDB, foi derrotado na eleição para senador em 1990. Foi eleito deputado federal (1994 e 1998).

¹⁶ Banco Mundial começou a partir da criação do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento(BIRD) nas Conferências de Bretton Woods, em 1944. Sua função principal é fornecer empréstimos para países em desenvolvimento em programas de capital.

achando que todo o governo militar foi a favor da cana, aquela coisa de usineiro e tinha a Petrobras¹⁷ também querendo ficar livre daquele troço. Olha, foi um caos, eu fiquei no centro do caos, por isso que não tenho grandes recordações. Mas a gente conseguiu, a gente segurou, não teve mais projeto, acabamos com o programa do Banco Mundial. Isso deu certo respiro. E a gente começou a trabalhar a questão sócio-ambiental, porque não era mais o petróleo – o petróleo caiu de trinta dólares o barril para dez. Então o preço do petróleo não justificava mais, a balança comercial não sofria mais com o petróleo. Então as condições que criaram o Pró-álcool já não eram mais as condições que o manteria. A gente começou naquela época, para vocês terem uma idéia, a trabalhar a questão sócio-ambiental, a manutenção era por causa das questões ambientais.

M.G. – E o que era isso naquela época, era a mesma coisa de hoje?

L.C. – Era muito parecido. Nós não tínhamos, digamos, tanto detalhe técnico como se tem hoje.

M.G. – Se falava mais em poluição propriamente, naquela época, do que em desmatamento.

L.C. – Não, é a poluição... Vamos dizer, São Paulo.

M.G. – Cubatão, não é?

L.C. – E a nossa relação com os Estados Unidos. Os Estados Unidos estavam começando um programa com base nisso. Então Brasil e Estados Unidos se somavam. Então os americanos acabaram nos ajudando porque era um programa muito elogiado. Terceiro já era, digamos, o discurso da matriz energética limpa. Pela questão da poluição local e também já se falava na emissão de carbono – afinal de contas Clube de Roma foi ao final dos anos 80. Então nós já tínhamos toda essa pressão que vinha ambiental favorável... Era favorável na época. Então nós não tínhamos tanto uma visão de desmatamento, a visão era da poluição local. Nós tínhamos estudos da USP, da área de medicina, mostrando internações. Havia muitos estudos muito bons já naquela época. Nós tínhamos estudos sobre o efeito de empregos, geração de empregos. Eu me lembro de ter feitos estudos mostrando como era o emprego do petróleo, emprego do etanol, qual era o valor, qual era o investimento desses empregos, como era a distribuição dos empregos no país. Era um processo de conscientização. A gente enfrentava certa barreira que era aquela coisa maluca da nova democracia, de jogar pedra em tudo aquilo que foi feito naquele período. Então deu muito trabalho. Às vezes eu me sentia sozinho defendendo aquele troço porque havia ganas de querer acabar com essas coisas. Mas pouco a pouco, digamos, as grandes entidades, os grandes aspectos como a Anfavea¹⁸, a

¹⁷ Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras). Criada em 1953 durante o Governo de Getúlio Vargas. Atualmente é uma empresa de capital aberto, cujo acionista majoritário é o Governo do Brasil (União). Opera hoje em 28 países, no segmento de energia, prioritariamente nas áreas de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo e seus derivados e em fontes alternativas de energia como biocombustíveis.

¹⁸ Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Fundada em 1956, reúne empresas fabricantes de autoveículos (automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus) e máquinas

questão do automóvel, os sindicatos dos trabalhadores em relação ao emprego. Isso tudo foi formado nessa época, quer dizer, foi grande o movimento a favor nessa época. Foi o que segurou, foi o que sustentou.

M.G. – Deixa eu lhe fazer uma pergunta.

L.C. – Mas não fiquei muito tempo, fiquei um ano e meio ou coisa assim.

M.G. – No Cenal...?

L.C. – Na Cenal que é Comissão Executiva Nacional do Álcool e no IAA.

M.G. – Essa época do governo Sarney, enfim, época do Plano Cruzado também, principalmente, os pecuarista, enfim, agricultura de maneira geral foi vista como um dos grandes vilões da inflação. Havia perseguição, por exemplo, colocavam a Polícia Federal para caçar boi no campo. Como era isso?

L.C. – Isso tudo aconteceu nessa época assim como... Outro exemplo, a FGV¹⁹ fazia um trabalho absolutamente técnico e por determinação legal nós levávamos o trabalho ao ministro da fazenda para determinação dos preços. E ele nunca aceitava o estudo da Getúlio Vargas e dava um preço político.

M.G. – Mas isso por que a Getúlio Vargas era muito identificada com o governo militar?

L.C. – Não, não, porque o governo queria segurar a inflação. O problema era a inflação, então não interessava se o estudo da FGV estava certo ou não: “Ah, eu posso dar dez por cento” - o estudo mostrava vinte e cinco. Então, era uma guerra. A FGV sofria muito com isso, porque legalmente ela tinha que fazer, ela tinha contrato, os meninos sofriam muito com isso. Mas isso acabou gerando uma dor de cabeça enorme para o governo porque tudo isso, todos os estudos da FGV acabaram sendo a base de todo um trabalho de ações feitas pelo setor privado contra o governo e isso está em um número astronômico que qualquer hora vai explodir no mercado. Todos estão ganhando as ações. Imagina, definição legal era a FGV que fazia, ela fazia o dado e entregava e o governo não atendia. Então, sopa no mel como diz... Então eles estão sofrendo com isso agora. Mas na verdade nós tivemos coisas fabulosas, vou te dar um exemplo... Coisas que o governo hoje tem uma dificuldade louca de pensar, de raciocinar, de pensar em políticas públicas, é um martírio para eles. Eu me lembro na época do Geisel, do Paulinelli, que foi depois com o excelente ministro também - brilhante assim como o Paulinelli na agricultura - foi o ministro de minas e energia, mineiro também, o João Camilo Penna²⁰. O governo na época, entre esses dois governos, simplesmente fez um

agrícolas automotrizes (tratores de rodas e de esteiras, colheitadeiras e retroescavadeiras) com instalações industriais no Brasil.

¹⁹ Fundação Getúlio Vargas (FGV).

²⁰ Na época do Governo Geisel o ministro de Minas e Energia era Shigeaki Ueki (1974 – 1979) e sucedido por César Cals (1979 – 1985). João Camilo Penna (1925 -) foi ministro da Indústria e Comércio do Brasil (1979 -1984), no governo João Figueiredo. Engenheiro civil graduado pela Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais. Trabalhou na Companhia Vale do Rio Doce (1949

estudo econômico e criou uma paridade. Havia uma paridade entre açúcar e álcool, o preço... Se você fizesse do açúcar e do álcool, a sua remuneração era mesma. Então, através do mecanismo de comercialização mais rápida do álcool, o governo simplesmente estimulava a produção de álcool e ponto final. Então isso morreu depois, nunca ninguém mais recuperou isso. Mas foram coisas muito bem feitas. Então o que o governo fazia? Fazia o estudo da paridade, tornava indiferente a produção, estimulava o consumidor, porque ele não tinha dinheiro para comprar a gasolina, para fazer álcool e com isso havia uma rapidez muito grande na comercialização, havia um suporte de estoques, acabava estimulando a produção de etanol e a gente fez o sucesso que fez. Foi assim. E era Ministério da Fazenda juntamente com os Ministérios Técnicos, não é?

M.G. – E tinha crédito farto nessa época também.

L.C. – Havia crédito.

M.G. – O IAA tinha muito dinheiro, não é?

L.C. – Tinha e tinha os bancos na época com suporte do IAA. Quando veio a liberalização, a desregulamentação de finais dos anos 80, que isso tudo acaba e obviamente a gente começa a ver as diferenças mais nitidamente. Imagina vocês, foi só no final dos anos 90 que os usineiros vizinhos começaram a se olhar como competidores, até então eles eram vizinhos só. E daí passaram a competir no mercado. Então essa história toda é uma história interessante, porque ela relata a mudança de um sistema que era cem por cento governo para um sistema cem por cento privado, cuja regra de saída de governo foi criado, eu participei... Foi criado um grupo na época - era o Presidente Fernando Henrique, o ministro das Relações Internacionais Lafer²¹, e três ou quatro pessoas, eu era uma delas – que criaram algumas regras da transição. Então nessas regras a gente criou, por exemplo, a Cide²², para ser um colchão, era um imposto sob a gasolina para permitir que o álcool convivesse com a gasolina em mercado volátil. É justamente isso que o governo Dilma zerou, zerou a Cide; quando ela zera a Cide, joga o álcool para baixo e a gasolina mata o álcool, foi isso que eles fizeram. Então gerou a Cide, havia uma loucura de unidades implantadas no Mato Grosso sem logística nenhuma. Então nós demos cinco anos para que o Mato Grosso se adaptasse a essa nova

– 1951). Em 1951 ingressa na CEMIG, onde fez carreira, tendo sido Vice-Presidente (1967 – 1969), e Presidente (1969- 1975). Foi Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais (1975 – 1979) e responsável pelas Secretarias de Administração e do Planejamento e Coordenação Geral do Estado de Minas Gerais. Foi, ainda, Presidente da empresa Furnas Centrais Elétricas, do Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos de Belo Horizonte e da Fundação Dom Cabral.

²¹ Celso Lafer (1941) Formado pela Faculdade de Direito da USP, com doutorado em Ciência Política pela Universidade de Cornell, nos Estados Unidos (1970), livre-docente em Direito Internacional Público na USP (1977) e professor titular de Filosofia do Direito da Faculdade de Direito da USP (1988). Foi presidente do Conselho de Administração da Metal Leve. Foi ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e ministro das Relações Exteriores em duas ocasiões, em 1992 e de 2001 a 2002, nos governos de Fernando Collor e no de Fernando Henrique Cardoso, além de embaixador do Brasil junto à OMC, e embaixador do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU) (1995 – 1998).

²² A Lei n ° 10.336, de 19 de dezembro de 2001, instituiu Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide Combustíveis). Contribuição sobre a importação e a comercialização de gasolina e suas correntes, diesel e suas correntes, querosene de aviação e outros querosenes, óleos combustíveis (fuel-oil), gás liquefeito de petróleo (GLP), inclusive o derivado de gás natural e de nafta, e álcool etílico combustível.

realidade, então ele continuou recebendo recursos para poder viabilizar a diferença de logística.

M.G. – Mas continua tendo problema de logística em Mato Grosso, não é?

L.C. – Continua, só que ele teve aquele período para se ajustar. Então o que ele fez? Ele passou a fazer açúcar, então via logística de açúcar ele entrega açúcar no norte. Ele se sai bem. Resolveu esse problema. Claro que se você imaginar um ambiente de expansão para fazer etanol, só agora com o duto²³ saindo daqui dois anos... E ele está mais perto lá de Goiás. Essas coisas vão se viabilizando. Mas na época não tinha alternativa, não é? Então essa transição do público para o privado foi uma transição danada difícil que acabou uma gera de competências também no setor privado.

M.G. – Deixa eu só voltar uma pouquinho antes da transição, antes da gente aprofundar mais nela. Esse período de meados dos anos 80... Nessa época a visão já tinha a ver com questão ambiental e o senhor falou de social também. Mas esse período dos anos 80, a agricultura, sobretudo a canavieira, era muito identificada as condições de miséria do trabalhador rural. Era uma época que se falava muito das condições ultra precárias dos boias-frias que, enfim, saiam de casa às três horas da manhã, se sujeitavam as condições dos gatos...

L.C. – Carrega até hoje.

M.G. – Pois é, até hoje é muito fortemente associada a...

L.C. – Mas você sabe que essa questão na época... O que acontecia na época?

M.G. – Do desrespeito da legislação trabalhista também.

L.C. – Esse que é o problema. Na época era um problema de dois lados; de um lado havia, digamos, o trabalho considerado insano, difícil do corte de cana, por outro lado o salário do cortador era muito maior de toda agricultura, era mais do que o dobro, o triplo do salário de qualquer outro agricultor. Então o pessoal preferia, mesmo com todas as dificuldades, trabalhar no corte porque ganhava muito mais. E por outro lado, por lei, por definição legal do IAA, o setor era obrigado a aplicar um percentual do faturamento para questões sociais. Se você for ao interior de São Paulo tem hospitais da cana²⁴, tem coisas da cana. Tudo isso foi criado por obrigação legal.

M.G. – Que datam dessa época?

²³ Referência aos “etanoldutos” dutos que estão em construção para ligação e transporte de etanol produzido nos Estados de Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro ao terminal portuário de Caraguatatuba/SP e aos portos de São Sebastião (SP) e Ilha d’água (RJ).

²⁴ Referência ao Hospital dos Fomecedores de Cana. Criado em Piracicaba (SP) em 1967 e mantido pela Associação dos Fomecedores de Cana de Piracicaba. Seu projeto inicial visava atender aos trabalhadores rurais ligados à cultura da cana, no entanto, o hospital expandiu-se e ampliou o atendimento para outras classes conveniadas e também ao Sistema Único de Saúde.

L.C. – Que datam desde a criação do IAA. Então nessa época, quando estava tudo liberalizando e, digamos, não havia do outro lado da agricultura nada... Era a dificuldade do trabalhador rural de ter esse suporte. Você tinha nas usinas todo esse suporte. Então ficava o contraste. Tanto é que amadureceu, mesmo o pessoal da chamada esquerda da época, para ver: “Não, espera aí, são duas coisas: a condição difícil do trabalhador... Só que nós precisamos ter cuidado porque quando a gente vai contra ele reage contra a gente, porque ele está satisfeito com o que ele ganha”. Eu estou falando politicamente, claro. E segundo é que esses caras tinham toda uma estrutura de hospitais, de escolas em folha, com profissionais contratados que o resto da agricultura não tinha nada disso. Então, vamos dizer, uma boa parte da defesa, da discussão se dava em torno disso: o que é melhor, o que é pior? E isso acabou amadurecendo no tempo para um setor que até hoje, de fato, mesmo com a Constituição de 88 que liberalizou tudo, o pessoal continua a investir. Você vai a Piracicaba e tem o Hospital da Cana que sobrevive com uma taxa sobre a cana da Associação dos Fornecedores de Cana que recolhem dos fornecedores que entregam a cana na usina. Estou falando de cana que de fato era um bicho diferente na época, todos os outros não tinha isso. Então a criação do estatuto da lavoura canavieira²⁵ era uma coisa parecida com o estatuto da terra²⁶. Então, enquanto a agricultura tipo pecuária era grandes extensões, desmatava e havia todo um ódio da esquerda contra a pecuária que pesa também até hoje, no caso da cana tinha o estatuto da lavoura. Então tinha o preço que era definido pelo governo, a quantidade de cana era definida pelo governo, era tudo regulamentando. Então a gente viveu nos anos 80, eu me lembro disso nitidamente, na transição para a democracia a gente vivia em blocos que pensavam que estava caindo o muro de Berlim, foi um desastre a queda do muro de Berlim para muita gente. Aquilo trouxe uma dose de capitalismo selvagem medonha. Então o que era bom? Foi uma época muito rica, mas muito difícil também.

M.G. – Em meados dos anos 80 também é um momento em que parecia que ia sair uma Reforma Agrária no Brasil, não é? Esse era o movimento muito forte, um compromisso do Tancredo.

L.C. – Eu vivi isso também.

M.G. – Pois é. Foi criado Ministério, enfim.

L.C. – E na verdade o que aconteceu?

M.G. – Foi um momento em que o MST foi criado também.

L.C. – E, você vê como as coisas evoluíram, hoje você não vê movimento quase nenhum deles. Por outro lado a Reforma Agrária... Porque na verdade, mesmo muito daqueles que defendiam a Reforma Agrária com certa insistência, por exemplo, o atual diretor-geral da FAO²⁷...

²⁵ Decreto-lei nº3855 sobre o Estatuto da Lavoura Canavieira em 1941 sancionado pelo então presidente Getúlio Vargas.

²⁶ Estatuto da Terra, criado sob a Lei nº4504, elaborado pelo primeiro Governo Militar, de Humberto de Alencar Castelo Branco (1964 - 1967).

²⁷ José Graziano da Silva (1949) agrônomo, professor e escritor brasileiro. Autor de diversos trabalhos sobre a questão agrária no Brasil. Foi ministro extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (2003 – 2004) durante Governo Lula, sendo o responsável pela implementação do Programa Fome Zero.

M.G. – Graziano.

L.C. – Começaram a ver as limitações. Então, todo o processo de assentamento foi feito, mas foi feito de uma forma do que é possível fazer. Tem muita coisa feita no governo, nesse último governo, de assentamentos e etc. E o que foi visto é que de fato só fazer a Reforma Agrária sem todo um suporte de política agrícola não era possível. Esses caras acabavam vendendo para outro. Esse troço virou um caos. Então acabou jogando contra. O próprio processo de implantação acabou mostrando o que aconteceu no México, o que aconteceu no Peru, coisas que iam acontecer aqui. Então isso deu uma certa segurada no processo naturalmente. É interessante isso, não houve nenhuma revolução para que isso desse uma travada. Então a esquerda e a direita começaram a conversar de uma forma mais civilizada sobre esse tema e as coisas começaram a, digamos, se equilibrar. Nós ainda temos um desequilíbrio por isso no Brasil. O Brasil é o único país no mundo que tem vários Ministérios da Agricultura, não é? Nenhum país do mundo tem vários, tem um só. O Brasil tem vários, o que, de alguma forma, alimenta essa discussão; é o pequeno, é o grande, é o peixe. Fazer uma reunião sobre um tema tem que sentar dez ministros na mesa e aí é o caos, não é? Então a gente vive isso ainda, não tem nada a ver com cana. De maneira geral a gente vive isso. Você tem problemas... Você vê a questão do Código Florestal... Eu agora estou chegando de uma viagem que eu queria muito ter ido ver, fiz, gostei muito. Fui conhecer o Egito e fiz todo o caminho histórico do Nilo para ver o que foi a grande agricultura. Gente, se fosse o Código Florestal tinha acabado o Egito, porque a agricultura no Egito se faz nas margens do rio Nilo, a cem metros de cada lado, verde, lindo, longo, mas é em uma ribanceira...

M.G. – Em uma região, portanto, deserta tem que ficar mais perto do Nilo. [riso]

L.C. – Deserto, isso é o interessante, você está vendo o verde e o deserto você enxerga do lado. Então o Código Florestal mata a cana do Egito. Então você fica refletindo, pensando nisso tudo, na loucura que o Brasil vive e eu acho que no fim a gente vai acabar chegando em uma coisa equilibrada, mas sempre as coisas nossas aqui são extremadas, as discussões são extremadas. A gente acaba evoluindo, na minha opinião, para uma condição melhor, mas sempre demorado, isso tudo é muito demorado. Eu vivi os meus trinta e tantos anos disso, vivendo essas discussões. Eu me lembro das discussões sobre isso, meu Deus, na década de 70 a gente discutia isso: Reforma Agrária, pequeno fornecedor, eu era um dos que defendia os fornecedores de cana...

M.G. – Defendia o quê, desculpe?

L.C. – Os fornecedores de cana, os agricultores pequenos. Eu me lembro de apresentar tese sobre política para pequenos agricultores. O pessoal ficava bravo e tal: “Isso é bobagem, agricultura é uma só”. E eu explicava que não, no caso da cana não porque você produz soja em Mato Grosso, traz soja aqui para São Paulo e vende aqui no mercado se você quiser, ou vende para uma fábrica que faz óleo aqui em São Paulo. Cana você não anda mais do que trinta quilômetros.

Em 2011 foi eleito diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

M.G. – Tem que estar perto.

L.C. – Não dá. Você tem que regulamentar por isso, que era regulmanetado. Então essas questões todas a gente evoluiu e hoje eu vejo muitas coisas positivas acontecendo, a gente vê o pessoal da laranja discutindo Consecitrus²⁸ que é uma relação agricultura e indústria positiva. Outro dia recebi um telefonema do pessoal do boi se a gente poderia ajudar, trabalhar junto no Conseboi²⁹. Então, no fundo no fundo são meus trinta e tantos anos, as discussões continuam as mesmas, a gente continua a procurar uma forma de equilibrar a cadeia produtiva – que é o que acabou trazendo a Abag, o que é a Abag? É a Associação Brasileira do Agronegócio. Em que sentido, qual é o conceito? Foi feito pelo Ney .

M.G. – Bittencourt de Araújo, não é?

L.C. – É, você conhece ele. Que é buscar o equilíbrio da cadeia produtiva. Sem o equilíbrio da cadeia produtiva dificilmente você teria resultados positivos.

M.G. – E o que seria esse equilíbrio da cadeia produtiva? Porque eles não são iguais, não é? Você pega o pequeno e ele não é a mesma coisa que o grande, que o usineiro.

L.C. – Não, nunca vai ser. Isso não é só na agricultura, é em tudo, não é? Mas na agricultura, quando a gente fala no zero a gente fala na produção de insumos modernos. E você vê o agricultor aqui sozinho. Se você não tiver uma lógica de cadeia, esse agricultor normalmente, com pouco capital, está a mercê dos preços, das políticas que saem desse bloco forte daqui. Você tem daí o pessoal do bens de capital e você tem, digamos, os bens de capital agrícola, que está indo muito bem, você tem os bens de capital da área industrial, que está passando mal porque a indústria está vivendo apertada de uma forma geral. E aí você tem o agricultor, você tem a indústria... Então se você olhar a questão do citrus, qual é a crise do citrus? É porque a indústria é independente do agricultor e as relações são do forte para o mais fraco.

M.G. – Pois é, os agricultores falavam mal das indústrias que impunham preços muito baixos.

L.C. – Que é forte para o fraco. Então o forte, que são três ou quatro, impondo uma posição sobre milhares de frágeis produtores, não é? Condição que digo é preço ou recebimento: “agora não recebo porque está sobrando” – coisas desse tipo. Então, se você não busca o equilíbrio das cadeias de uma forma organizada, você vai ter em todas as culturas esse tipo de relação. Então, digamos, o exemplo da cana é um exemplo muito positivo que foi o Consecana que equilibra as coisas. Tanto que está servindo de exemplo para outras. Eu acredito que agora a laranja está em um bom caminho assim como outras estão indo. Eu acredito que é por aí, a gente só vai ter sucesso quando as

²⁸ Conselho dos Produtores de Laranja e Exportadores de Suco (Consecitrus). Elaborado (abr/2012) com o objetivo de estabelecer políticas e diretrizes para a cadeia produtiva de citrus e mediar as relações entre citricultores e a indústria de suco de laranja. No entanto a aprovação do Conselho ainda depende do julgamento do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A Federação da Agricultura e Pecuária de São Paulo (Faesp) e a Associação Brasileira dos Citricultores (Associtrus) não aprovam o estudo enviado ao Cade por não participarem da criação do Consecitrus.

²⁹ Trata-se de uma iniciativa da cadeia produtiva da cana, cujo objetivo seria constituir um Conselho nos moldes do Conselho dos Produtores de Cana de açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Consecana).

cadeias estiverem mais equilibradas. Então, hoje, na cadeia da cana está tudo equilibrado? Não, não está. Você tem uma crise de preços, você tem um setor de bens e capital completamente massacrado, sem vender nada, uma estrutura grande de engenharia sem conseguir pagar as contas. Você tem uma estrutura de bens de capital, digamos de máquina e implementos indo muito bem, porque a agricultura vai muito bem. E você tem um custo de produção alto porque a produtividade ficou baixa por falta de recursos, e você tem um desequilíbrio na cadeia por questão do endividamento. Então isso merece um tratamento de política pública correto que é o que nós temos reclamado com o governo federal e estadual. O mesmo é a laranja, cada um tem a sua característica. Nós temos uma grande função, no caso da Abag³⁰, que não, digamos, entrar no mérito de cada cadeia ou discutir com cada um – só quando chamando para ajudar eventualmente. Mas o nosso trabalho é cuidar das questões que são comuns a todas elas. Então, por exemplo, a questão de crédito, a questão de seguro rural, que é importante para todo mundo, a questão do Código Florestal, a política de compra de terras por estrangeiros. Todas as cadeias hoje têm muito investimento estrangeiro, todos os caras pararam de investir com isso tudo, como a gente refaz isso, como se equilibra essas...? Então as políticas transversais, que a gente chama, que passam por todas essas cadeias, a gente tem uma entidade que trabalha com outros entidades nesse sentido.

M.G. – Pois é, trabalha como assim? O que a Abag faz, qual é o papel que ela tem? Enfim, que tipo de atuação concretamente ela faz: atua junto ao poder público, atua junto...?

L.C. – A gente trabalha, digamos, muito a questão de suporte a todos, então políticas públicas em primeiro lugar. Toda vez que as cadeias estão desequilibradas eles nos procuraram, a gente está sempre junto atuando, ajudando a montar essas políticas, a discutir com Brasília, com governo de estado, porque a gente participa ativamente. Outra coisa é a questão da imagem, então nós temos mensalmente hoje mais de um, chamado, fórum que a gente faz com a mídia e com outros setores para discutir grandes temas. A gente faz um congresso nacional todo ano que a gente coloca os grandes temas e debate, a gente tem uma diretoria que é composta por membros das várias cadeias produtivas que trazem os problemas e que levam, cada um atuando no seu ambiente seja nacional ou internacionalmente. A gente participa com a Abag... Por exemplo, eu sou membro do conselho estratégico do Ministério da Agricultura, do ministro, então a gente obviamente, através dessa posição, leva os pleitos, as condições, digamos, do agronegócio para lá. Discutimos, ou somos parceiros, de entidades como o BMF³¹ que fazem o *outlook*, todas as produções de safra junto conosco. Então nós temos uma atuação no sentido de buscar sempre aperfeiçoar essas relações na área do trabalho, do sindicado dos trabalhadores. A gente faz uma porção de coisas, estimulando o pessoal a apresentar análise de treinamento com políticas públicas junto com o governo. A gente tem procurado principalmente, digamos, valorizar as grandes e novas mudanças que estão acontecendo. Vou dar um exemplo: o que a gente fez na Rio +20, fizemos duas reuniões no Paraná, aqui em São Paulo da chamada integração lavoura, pecuária e floresta que é um processo extremamente importante, mas que demanda uma certa

³⁰ Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) foi criada em 1993 com o propósito de destacar junto ao governo, iniciativa privada, entidades de classes e universidades a importância do trabalho de gestão e gerenciamento de todo o sistema agroindustrial e a implantação de medidas que o fortaleçam.

³¹ Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa S.A.).

organização. Então a gente tem trabalhado com as cooperativas, buscando uma conscientização do que é esse processo, levando essa posição para o BNDES, que é agente financeiro, para os bancos, para o governo federal. Então é um trabalho intenso no sentido de buscar aperfeiçoar essas coisas.

M.G. – A Abag está presente em todas as regiões do país, ela tem a mesma entrada? Porque tinha uma diferença grande entre... No caso específico da cana, vamos pegar a cana. A cana de São Paulo tinha uma produtividade maior do a do Nordeste, por exemplo. Inclusive nesse período da abertura do mercado e do fim dos subsídios foi um período em que várias usinas no nordeste quebraram. Foi um momento de quebraadeira muito forte no nordeste, no estado do Rio...

L.C. – No centro-oeste também, aqui em São Paulo também.

M.G. – Pois é, foi muito forte lá, muito mais. E várias delas deram origem a assentamento depois, porque tinham dívidas trabalhistas, enfim, viraram...

L.C. – E continuam muitas delas.

M.G. – Pois é. Mas São Paulo era menos dependente do estado do que o Nordeste, não é? E a Abag surgiu muito mais ligada a esse setor, à agricultura mais do sudeste ou não?

L.C. – Sim, mas o canavieiro.

M.G. – Não canavieira, mas muito mais sudeste, sul...

L.C. – Muito mais grãos.

M.G. – Era Paraná, São Paulo, Minas.

L.C. – A Abag é nacional e os associados a ela operam nas regiões. Então nós temos, por exemplo, em Mato Grosso o pessoal da Aprosoja³² que é muito forte em Mato Grosso, que tem uma atuação muito forte com cooperativas e etc.

M.G. – Mas não é muito gaúcho também que vai para lá?

L.C. – Tem também, mas é Mato Grosso. Um dos diretores da Aprosoja é diretor nosso. Então a gente tem essa relação com as regionais através das nossas diretorias. Então aqui a gente discute as estratégias, quais fóruns a gente vai fazer. Então essa semana a gente vai ter um evento em Minas Gerais na Cooxupé³³, que é café, e a gente está conversando com a Globo para revisitar os ciclos econômicos do Brasil. Então a gente

³² Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja), com sede em Cuiabá (MT), foi criada em 2005 e tem como foco representar os direitos, interesses e deveres dos produtores de soja e milho. Atua no desenvolvimento de ações e projetos que visam o crescimento sustentável da cadeia produtiva da soja e do milho em Mato Grosso.

³³ Fundada em 1932 sob o nome de Cooperativa de Crédito Agrícola, em 1957 foi transformada em Cooperativa de Cafeicultores de Guaxupé (MG). Atua no recebimento, processamento e comercialização de café de seus cooperados, localizados nas regiões Sul de Minas, Alto Paranaíba (Cerrado Mineiro) e Vale do Rio Pardo, no estado de São Paulo.

está tentando um projeto interessante nessa área para visitar cacau na Bahia, borracha no Amazonas. Então a gente quer...

M.G. – Borracha é outro que São Paulo está na frente também, o maior produtor, não é? [riso]

L.C. – Mas precisamos fazer lá até para... Mas agora São Paulo pegou mesmo e está com um preço excepcional. Hoje é a primeira agricultura em disparado, fumo também, mas é borracha. Então a gente está com esse tipo de trabalho também na área educativa. A gente tem uma preocupação com relação ao que você comentou; sobre um preconceito que ainda existe de coisas passadas que são trazidas: a questão da escravidão com cana de açúcar até hoje. Você tem usinas hoje aqui em São Paulo que são cem por cento mecanizadas, não tem mais mão de obra, e mesmo assim ainda tem uma imagem da questão do passado, de alguma forma até um passado recente. Então a gente tem um trabalho grande que é um trabalho de imagem, esse é o grande trabalho que a gente faz.

M.G. – Pois é, nesse último congresso falou-se bastante disso: da importância da agricultura cuidar da sua imagem na sociedade.

L.C. – Porque a gente fala muito para gente mesmo, é gozado, parece um clube. Então, de fato, fala para o próprio umbigo. E depois acaba, digamos, fazendo falta essa mensagem. A gente fez agora uma experiência de uma mensagem de um tempo mais curto para ver o que acontecia. Aí cria um impacto bom, mas depois dilui. Nós temos que criar um mecanismo perene, constante, que é o que a gente está tentando montar aqui. É um sistema usando as redes sociais para gente fazer uma integração maior, para a gente chegar realmente no nível que precisa, conhecer onde as coisas estão acontecendo, como estão acontecendo, o que estão pensando, por que as pessoas pensam assim. Porque no fundo no fundo muitas das coisas são feitas no *feeling*, no absoluto instinto de que está certo ou errado e a gente tem surpresas nisso. A gente está fazendo um trabalho agora, a Gislane³⁴ está coordenando, de levantamento de imagem para tentar entender o que está se passando, o que está acontecendo e para tentar montar um...

G.B. – Mais conexão com o público urbano.

L.C. – É muito interessante isso, um fenômeno que acontece no Brasil. Você vai aos Estados Unidos...

G.B. – É uma sociedade urbana, então a gente, na verdade, tem uma percepção... Não sabe exatamente como uma sociedade urbana vê o rural, não é?

L.C. – Não, e as reações urbanas hoje para o meio rural brasileiro são muito diferentes das reações das urbanas dos Estados Unidos com o meio rural americano, completamente diferente, ou na Europa. Aqui é pesado, é uma coisa gozada. E é interessante porque se você pegar cada um dos habitantes que eu vejo na rua aí, pelo menos duas gerações atrás ele estava pisando na terra e parece que eles perderam esse

³⁴ Referência à Gislaine Balbinot, assessora de comunicação da Abag.

contato, e a gente tenta entender o porquê. Não vai ser jornalista que vai descobrir isso não, a discussão é um pouco mais profunda do que levantamento de opinião, não é? Mas é muito esquisito.

M.G. – Tem um trabalho que é de imagem efetivamente, agora tem outro trabalho também que eu não sei, enfim, como o senhor vê isso que é junto aos produtores mesmo, porque nem todos os produtores também estão convictos ou exercitam de fato, enfim, esse respeito efetivo pela legislação, enfim, o que a gente poderia chamar de governança.

L.C. – Você sabe, se você analisar o processo de desenvolvimento agrícola do país...

M.G. – Tem um trabalho com os agricultores também para que de fato...?

L.C. – Tem, com as cooperativas e associações. Vamos falar de indústria têxtil: você é capaz de enumerar para mim quem são os donos da indústria têxtil. Se você falar da indústria pesada a gente sabe quem são. A agricultura são milhares e milhões de agricultura nesse país com as formações das mais diferentes. Algumas estão em cooperativas, outras não estão. Nós fizemos uma missão agora para Rondônia com essa preocupação. Fomos através do ex-ministro Mangabeira Unger³⁵, porque Rondônia não tem cooperativa, não tem sistema. Então nós fomos para lá tentar levar, via Abag, eu levei o cooperativismo, para tentar montar uma lógica estruturada com o governador. Ficaram muito satisfeitos, o nosso pessoal ficou uma semana. Esse é o tipo de trabalho que a gente tem feito. Se você for fazer a crítica a Rondônia é até fácil fazer: “Ah, os caras são desestruturados, não tem cooperativa, não tem nada”. Mas a realidade do processo civilizatório de Rondônia foi este. Então a gente tem agora a condição de tentar ajudar. Se você for agora para o Rio Grande do Sul, você vai ver um estrutura de relações da agricultura com o urbano melhor do que a que você vê, por exemplo, no Rio de Janeiro. Por quê? Porque há uma importância agrícola no Rio Grande do Sul muito maior do que tem no Rio de Janeiro. Se você for olhar o Rio de Janeiro agrícola é um caos, o Rio Grande do Sul é uma coisa muito organizada. Mesmo assim, até hoje, nós não conseguimos ter um programa, digamos, de seguro rural ou de irrigação do Rio Grande do Sul para não dar o que aconteceu com a seca ano passado. Impressionante isso. Se você examinar o processo de crescimento brasileiro foi muito nas costas da agricultura. O Fernando Henrique Cardoso³⁶ dizia que a âncora do Plano Real³⁷ é a agricultura. Então a história do processo de industrialização brasileiro foi nas costas da

³⁵ Roberto Mangabeira Unger (1947). Desde 1971 é professor da Universidade Harvard. Em 2007 foi convidado pelo então Presidente Lula para assumir a cadeira de Ministro de Assuntos Estratégicos (2007-2009).

³⁶ Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1931) sociólogo, cientista político e político brasileiro. Foi Professor Emérito da Universidade de São Paulo, lecionou também no exterior, na Universidade de Paris. Foi funcionário da CEPAL, membro do CEBRAP, Senador da República (1983 a 1992), Ministro das Relações Exteriores (1992), Ministro da Fazenda (1993 e 1994) e presidente da República (1995 a 2002). Foi casado com a antropóloga Ruth Vilaça Correia Leite Cardoso, com quem teve três filhos (Paulo Henrique, Luciana e Beatriz). Atualmente, preside o Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC, São Paulo) e participa de diversos conselhos consultivos em diferentes órgãos no exterior.

³⁷ Plano Real foi um programa brasileiro com o objetivo principal de controle da inflação e de estabilização por meio de reformas econômicas e uma nova moeda – Real (1994).

agricultura, ou seja, o processo de fortalecimento industrial, inclusive com recursos de governo, foi feito em cima da agricultura.

M.G. – Mas ainda assim alguns dizem que o Fernando Henrique ouviu menos a agricultura do que o Lula, pelo menos no início.

L.C. – Ele ouviu, mas, vamos dizer assim, o Lula ouviu bastante, mas fez pouco. O Fernando Henrique talvez ouvisse muito, mas talvez fizesse mais do que o Lula. O Lula fez muito discurso.

M.G. – Mesmo com o doutor Roberto no Ministério?

L.C. – O Roberto ajudou demais a segurar muito das coisas que deveriam acontecer. Quer dizer, foi graças ao Roberto que nós tivemos, por exemplo, a questão da Biotecnologia aprovado, porque senão fosse ele não teria sido aprovado; a questão de Código Florestal, produtividade, índice de produtividade, vocês não fazem idéia do que estava montado nas costas do Lula. Ele teve a sensibilidade de ouvir, ele, o Furlan³⁸... E depois o Lula se aproximou também do setor produtivo. O Lula tem o *feeling*. E ele entendeu o negócio da agricultura. Mesmo o negócio da cana de açúcar ele sempre defendeu e dizia: “Não gente, não é assim, não é assim. Não tem que radicalizar. Vamos olhar o lado industrial que é muito pior. Quer olhar o lado de serviços?” – ele dava exemplos desse tipo. Então eu vejo que se você examinar um banco que quebra, o impacto que ele traz. A sociedade pouco discute isso e muito mais às vezes se a condição do trabalhador rural não é melhor do que deveria ser. Esse desequilíbrio nós temos no Brasil e eu imputo isso ao problema da imagem, quer dizer, você olhar uma mesa de cem metros – que eu tenho uma foto dessas – dos trabalhadores na China dormindo na hora do intervalo, trabalhar as dezoito horas por dia, e aí competir com... Está aqui nesse período, o mineiro aí que é o vice-presidente da República, o filho dele fica aqui. Como chama o vice-presidente do Lula³⁹?

M.G. – O Alencar?

L.C. – Filho do Alencar⁴⁰. Como você compete com o pessoal assim, com essas regras que nós temos aqui? Se você olhar, por exemplo, as regras de política de recursos humanos do trabalho no meio rural e no meio urbano você vê que não tem condições de você levar para o meio rural a mesma política que você tem no meio urbano e ela é levada. Então isso está levando a um desequilíbrio horroroso com custos de produção

³⁸ Luiz Fernando Furlan (1946). Graduado em Engenharia Química pela Faculdade de Engenharia Industrial (FEI) e em Administração de Empresas pela FEA/PUC-SP, é especialista em Administração Financeira, pela FGV de São Paulo e em Aprimoramento Empresarial pela Universidade de São Paulo. Construiu sua carreira profissional dentro do grupo Sadia, passando pelos cargos de diretor de relações com investidores, vice-presidente executivo e presidente do conselho de administração do grupo (1993 – 2003). Foi ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do governo Lula (2003-2007). Em 2007 assumiu a presidência do Conselho de Administração da Fundação Amazonas Sustentável (FAS). Em 2008 reassumiu a presidência do conselho de administração da Sadia.

³⁹ Referência a José Alencar Gomes da Silva (1931 – 2011). Fundador e proprietário da Companhia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas). Foi senador pelo estado de Minas Gerais (1999 – 2002). Elegeu-se vice-presidente da República do Brasil do então eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT, 2003) e a reeleição (2006 – 2010).

⁴⁰ Menção a Josué Alencar (1963).

muito elevados, e depois a gente sente na inflação do preço do alimento na cidade. Então uma porção de coisas desequilibradas. Eu acho que a agricultura foi, de mais da vida, muito usada e foi, digamos... No setor do agronegócio, agroindústria, a agricultura é realmente a que mais sofreu, sem dúvida alguma. Eu acho que a gente tem que reverter essa situação, eu tenho esperanças que isso aconteça com políticas públicas mais equilibradas. A dificuldade que nós temos tido é essa proliferação de ministérios, essa discussão política e não técnica que precisava ser feita, porque a discussão acaba sendo política, ideológica e não acaba sendo uma discussão técnica. Você hoje tem... Foram feitos trabalhos há pouco tempo... Eu acho que até a FGV tem um trabalho também, o pessoal da FGV aqui de São Paulo junto com o pessoal da USP, da Esalq, um mestrado que eles fazem. Foi feito um exercício em um município de Goiás perto do rio lá, perto das grandes bacias lá... Poxa, me fugiu o nome agora. Mas era pecuária e aí foram montadas duas usinas, uma de açúcar e álcool. E hoje o município está, depois de sete ou oito anos, está entre os melhores índices de desenvolvimento humano. Então esses exemplos que eu digo técnicos que precisariam ser mais utilizados e a gente tem dificuldade de usar isso, de caracterizar isso. Se você vai para Sertãozinho, para Ribeirão Preto e você vê os mesmos índices, não é? Melhores do que os índices urbanos que nós temos aqui nessa região da grande São Paulo ou de outras capitais. Então nós temos um esforço ainda muito grande para fazer, o caminho é muito longe. Eu acho que talvez, a gente acredita nisso aqui, o grande começo desse caminho seja quando a gente começar a conversar com a sociedade de uma forma mais clara, que eles comecem a entender as diferenças. Eu tenho muita esperança que a gente consiga fazer um trabalho mais... Sem grandes intervenções de governo. Eu cheguei da Índia há pouco tempo e é absurdo, sabe? É impressionante, o governo está... É como está a Argentina agora: “Cancela a exportação, não pode exportar mais” ou “Dá esse preço para isso, dá esse preço para aquilo”. Ainda é assim. Aqui a gente está vivendo outras condições, são condições de mercado. O aperfeiçoamento do agronegócio, em minha opinião, virá quando a gente começar a se entender melhor, entender melhor cada um dos lados da cadeia produtiva. Por isso que eu acredito muito nisso. E eu tenho sido muito chamado ultimamente como Abag para fazer reuniões nas diversas cadeias para conversar sobre isso, conversar sobre como está a economia, porque os preços subiram, quando eles podem cair. Isso não é culpa de um ou de outro, é questão de mercado. Então a gente está evoluindo ainda.

M.G. – Então Luiz Carlos, o senhor estava falando que o senhor tem feito reuniões com vários segmentos, várias cadeias. Eu ia fazer uma pergunta para o senhor, eu já ouvi alguns economistas dizendo que essa fase boa da agricultura brasileira tem muito a ver com o quadro externo favorável, com preços altos de *commodities*, mas que isso é frágil e até um certo risco para a economia brasileira ser tão dependente, digamos assim, do agronegócio, e que mudando o quadro exterior isso poderia produzir impactos muito, muito fortes sobre a economia de maneira geral e sobre a agricultura de uma forma mais específica. O que o senhor acha?

L.C. – Desses trinta anos que a gente está falando aqui, a gente passou por vários momentos de discussão nesse campo. Nós estamos vivendo agora um começo mais claro de uma mudança de visão. Com a própria questão da biotecnologia, o pessoal começa a ver em uma semente final um produto de muito valor agregado, tão importante quanto o valor agregado de um chip de qualquer coisa. Então, digamos,

durante muitos anos essa foi a grande crítica, quer dizer, o Brasil era um país de agronegócio, um país de *commodities* agrícolas e por isso mesmo nunca ia se desenvolver e a gente viu os resultados que a gente tem obtido. No fundo eu gosto demais de algumas posições do Edmar Bacha⁴¹, por exemplo, que eu acho um grande professor, um sujeito que tem muita visão, ele disse uma coisa importante outro dia que me deixou refletindo muito; ele comentou que se nós voltarmos no tempo, nós vamos ver o grande desenvolvimento que houve no mundo com a Inglaterra como grande império e muito dependente de *commodities*, o que fez, digamos, um crescimento fabuloso das *commodities* e dos países todos que alimentavam as regiões ricas e o poder inglês. Depois esse centro se deslocou para os Estados Unidos. Os Estados Unidos, contrariamente a posição da Inglaterra, é um país *muito* forte produtor de *commodities* agrícolas e, portanto, independente dessa questão, o que acabou transformando as relações econômicas de uma forma geral. De um tempo para cá, principalmente 2000 e 2010, a gente volta a viver a chamada “volta à Ásia”, o centro de gravidade econômico da terra. Se a terra tivesse um centro de gravidade econômico, lá pelos anos mil o centro de gravidade era na Ásia, quando nós tínhamos a grande Ásia. Isso foi se deslocando para o Ocidente, ficamos um período longo, o século XX todo no Ocidente e agora, no século XXI, em dez anos, na análise da McKinsey⁴² (ela fez uma análise muito interessante), esse centro de gravidade se desloca novamente para a Ásia, ele já está na Ásia outra vez. Então a gente passa a viver a chama era Asiocêntrica novamente. Por definição significa uma região onde o crescimento populacional é o grande crescimento, o crescimento de renda é o grande crescimento, e o processo de urbanização é o *grande* processo de urbanização. Essas três questões juntos – população, renda e urbanização – levam ao crescimento de consumo alucinado. E esse crescimento de consumo se faz, digamos, não na forma de um grão de milho, mas em um frango vendido na gôndola de super mercado – como diz o Roberto Rodrigues: “uma frango nada mais é do que um saquinho cheio de milho com duas asas”. Mas no fundo a agregação de valor é como proteína. Então essa virada do século XXI para a realidade Asiocêntrica trouxe naturalmente uma nova realidade. Se vocês olharem o século XX, a agricultura perdeu, em termos reais, dois por cento ao ano de preços. Gente, dois por cento ano significa que se eu não tive dois por cento de ganho produtividade eu tinha quebrado. Então isso mostra a pujança de ter agüentado esse padrão, digamos, de oferta maior do que demandam que depreciava os preços. Com essa mudança que estamos falando a gente passa a viver agora um outro momento em que, digamos, os preços sobem, talvez subindo até mais do que dois por cento ao ano desde o começo da década até agora, e a gente está tendo dificuldade de ofertar na velocidade que a demanda está trazendo. Então eu estou fazendo esse discurso só para lembrar que o momento do século XXI é um momento de demanda. Então o século XX foi um século de oferta. Um momento de demanda deve levar naturalmente a valorização da *commodity* agrícola. Como o processo tecnológico de agregar valor à *commodity* agrícola via biotecnologia principalmente – o século XX foi o século da química, o século XXI é o século da biologia, da biotecnologia – a tendência é que a valorização do agronegócio seja muito

⁴¹ Economista brasileiro. Foi presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na década de 1980. Na década de 1990 participou da equipe econômica que instituiu o Plano Real, durante o governo Itamar Franco. Foi também presidente do BNDES (década 1990). Desde 2003, é diretor da Casa das Garças, instituição dedicada a estudos e debates de Economia, no Rio de Janeiro.

⁴² Referência à empresa de consultoria McKinsey & Company.

grande. Isso faz do Brasil realmente, seja nos BRICs⁴³ ou seja no mundo geral, um país diferenciado. O que obviamente gera pânico é você imaginar que a gente vai crescer menos que os Estados Unidos esse ano. Isso é à parte, um troço maluco, não é? A gente traz a questão do Custo Brasil e dos problemas do Brasil que não é o agronegócio. Então, digamos, se tem uma coisa que continuará dando sustentação para o país vai ser o agronegócio. No entanto, acredito que se conseguirmos reduzir o Custo Brasil a gente dá fôlego na minha cadeia produtiva para a indústria que está sofrendo muito, todos nós sabemos o que a indústria está sofrendo. Então a gente consegue fazer isso e consegue ainda valorizar mais o agro do agronegócio. Acredito que nós vamos ver no século XXI uma coisa que nunca tínhamos visto antes que vai ser uma valorização crescente do nosso lado agro, principalmente valorizado pelo processo tecnológico que virá muito para a agricultura. Se vocês olharem o processo tecnológico lá atrás vocês vão ver que o processo esteve muito em cima de indústria ou da área de informação que de alguma forma é vinculada à indústria. Muito pouco houve, além de variedades, além do Brasil, vamos chamar assim principalmente... O Brasil foi o grande sucesso do agronegócio no século XX. Os Estados Unidos sempre foram, mas o Brasil foi o grande peão dessa história no século XX. No século XXI tenderá ser de novo o Brasil desde que a gente consiga corrigir essas loucuras que a gente tem: terras para estrangeiro, essa questão de Custo Brasil, essa loucura de logística, infra-estrutura. O ministro Roberto Rodrigues apresentou ao governo Lula uma idéia fantástica. Ele foi à China, conversou com os chineses – estou contando uma história rápida – e os chineses falaram: “Está bom, eu preciso de soja, eu preciso de milho, eu preciso de açúcar. Eu não posso continuar nessa dependência de...”. Falou: “Então vamos fazer um contrato de longo prazo. Vocês vão fazer toda a logística e infraestrutura que for preciso e o pagamento é feito em produtos que vocês precisam aqui”. Isso poderia ter acontecido, talvez, se tivesse uma velocidade mais rápida do que qualquer PAC ou alguma coisa que tenha o governo metido. Estou dizendo isso porque é a grande reflexão das dificuldades que nós temos hoje: como a gente faz para reagir a essa questão de logística e estrutura. Se a gente aumentar a produção da agricultura em dez por cento não tem onde colocar, literalmente, cinco por cento já vai ser uma loucura. A safrinha esse ano que virou uma safra fantástica de milho está sendo...

M.G. – Pois é, grãos, não é?

L.C. – Os caras estão rezando para não chover, não tem nem silo para colocar.

M.G. – Mas cresceu por conta da seca nos Estados Unidos também, não é?

L.C. – O preço sim, mas a produtividade foi muito boa. Esse ano foi espetacular, choveu bem aqui também. Nós estamos aprendendo a trabalhar nisso, tanto que a safrinha está virando duas safras, quer dizer, não se fala mais safrinha. Então o Brasil está ficando um país muito diferente é um sucesso o nosso agronegócio. Então a gente precisa agora, essa a grande preocupação nossa, olhar os limites que são colocados, como é que a gente supera esses limites. Alguns estão sendo insuperáveis, precisa efetivamente da mão pesada do governo para mudar, outros o Congresso faz, outros o executivo que tem que fazer.

M.G. – Quais são os que precisam da mão pesada?

L.C. – A questão tributária é uma questão hoje terrível para a gente.

⁴³ Brasil, Rússia, Índia, China.

M.G. – Por quê?

L.C. – Porque você tem, digamos, um peso de custo das taxas do Brasil que praticamente, há algumas análises feitas na Fiesp, o setor produtivo começa a trabalhar para si a partir de abril de cada ano, porque janeiro, fevereiro, março até abril ele está pagando imposto do governo. Então essa reflexão, vamos dizer assim, de política tributária, a questão da logística, infraestrutura de portos são questões que tem que ter, digamos, do uma posição de governo muito forte. Agora não, eu gostei que saiu, todos os trabalhos estão sendo feitos de infraestrutura do governo Dilma⁴⁴ que pelo menos o enunciado é positivo. É por aí que nós temos que correr e nós temos que correr muito, senão não conseguimos atender. Nós temos um potencial de produção em vários estados, mas a gente não consegue nem avisar.

M.G. – Então Luiz Carlos, o senhor falou que a agricultura mudou muito nesse período aí que o senhor vem atuando. Outra coisa que mudou muito também é o agricultor... Você tem hoje o processo por meio do qual o negócio rural hoje, em parte, não é mais gerido por famílias tradicionais de agricultores, mas por pessoas que vêm do mercado financeiro, que vem do meio urbano. As famílias mais tradicionais hoje estão muito mais preocupadas com sucessão, como vai ser, enfim, os filhos não necessariamente querem mais continuar tocando o negócio, têm uma preocupação com a continuidade do negócio, mas não mais necessariamente com as famílias. E esse é um pouco padrão que se ver de maneira geral: o deslocamento das famílias por uma gestão mais profissional. Como o senhor ver esse processo e o impacto que isso produz na agricultura também?

L.C. – Isso tem trazido uma série de impactos. Há alguns impactos negativos, por exemplo, o crescimento das periferias com menos recursos, com mais dificuldades, provavelmente a família vivia melhor onde eles estavam do que onde eles estão vivendo, mas é um sonho o cara vir para a cidade. Um processo de urbanização irreversível. Então você está tendo um processo de mecanização muito importante porque falta mão de obra na lavoura. O processo de mecanização significa capital intensivo que nem todo esse pessoal tem. Então é uma bola de neve, realmente foi bem colocado, é isso mesmo: que vem crescendo, vai crescendo e começa a virar profissional. E você tem hoje unidades produtivas que o agricultor, por exemplo, a indústria que lhe entrega o produto opera a semente, faz a colheita, ele só faz o trato cultural para ele sobreviver.

M.G. – Em terceirização, não é?

L.C. – E ele terceirizar. Então tudo isso está acontecendo em todas as culturas em uma velocidade impressionante. É difícil acompanhar. Eu fico chocado quando chegam os números reais de ver o que está acontecendo. Agora é um processo irreversível que está acontecendo, aconteceu no mundo todo, vai acontecer aqui, está acontecendo aqui. A minha preocupação é só o processo, digamos, de concentração, de consolidação que isso leva, a velocidade como isso acontece.

M.G. – O senhor fala que concentração é o que: fusões, aquisições?

⁴⁴ Menção à Dilma Vana Rousseff (1947). Atual presidente da República Federativa do Brasil. Economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT). Durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a chefia do Ministério de Minas e Energia (2003 – 2005), e posteriormente, da Casa Civil (2005 -2010). Foi ainda secretária municipal da Fazenda de Porto Alegre (RS) (1985 – 1988); presidente da Fundação de Economia e Estatística (1991 -1993); e secretária estadual de Minas e Energia (RS) (1999 – 2002).

L.C. – É fusões, aquisições que estão acontecendo inclusive na área rural. Então esse processo também tem um lado positivo, em teoria ele significa profissionalização, digamos, em teoria significaria produtividade mais alta, maior objetividade, menores custos em teoria. Mas na prática, em muitos casos não estamos vendo isso, algumas unidades que eram muito bem geridas por famílias, hoje, na mão de algumas empresas estão em estados até piores. Mas eu acho que é parte do processo de aprendizado. Você tem hoje muitas *tradings* ou empresas que eram de comércio que entraram para a produção, eles têm que aprender, eles vão aprender, eles têm formação, mas vão apanhar um período. Alguns estão fazendo parcerias inteligentes. Então os maiores sucessos que eu vejo é quando esse pessoal chega e faz parceria com os agricultores e aí o que acontece? Eles trazem o capital, eles trazem o *know how* de administração e os caras que estão no campo sabem produzir. Então isso tem dado... Quem tem feito isso com maestria é o BP, British Petroleum, de petróleo com parcerias com agricultores, fazendo muito bem. A Bunge começou a fazer isso agora. Outros vão aprender fazendo. Por outro lado, um processo que eu considero cada vez mais importante no Brasil é o processo das cooperativas, o cooperativismo. Esse ano, inclusive, foi aniversário do cooperativismo, é ano internacional do cooperativismo⁴⁵. E por isso que o pessoal foi para Rondônia, foi justamente levar essa mensagem lá, por quê? Porque os pequenos agricultores têm dificuldades de acompanhar a bolsa, de saber quando vai fixar o preço, de saber ele faz um *hedge*, como ele faz com o dólar. Claro que eles não vão aprender isso nessa altura do campeonato. De repente um sobrinho dele até já está trabalhando na BMF, vai poder até ajudá-lo, mas não é assim. Então as cooperativas fazem isso para eles. Eles sabem produzir, eles produzem e a cooperativa faz a melhor comercialização possível com profissionais, em um processo profissional. Eu visitei agora uma Cocamar⁴⁶ lá no Paraná, é um show de empresa com resultados extraordinários vendendo e comprando. Maravilhoso. Então o que acontece? No modelo cooperativista você vê no Paraná, você aqui em São Paulo com a Carol⁴⁷ lá na Mogiana, com a Cooperativa dos Produtores de Cana, você vê na França ou na Alemanha. As duas maiores empresas que eu conheço hoje de energia e de açúcar na Alemanha e na França são cooperativas de agricultores, a Tereos⁴⁸ e a Südzucker⁴⁹, são as maiores empresas, talvez as maiores do mundo, e são cooperativas de agricultores. Então esse processo de cooperativismo, na minha opinião, é um processo que ganha com essa nova visão do século XXI. Ele tem que se preparar para isso e buscar-se nesse mundo de uma forma positiva, quer dizer, como expande, profissional, digamos assim.

⁴⁵ Instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU).

⁴⁶ Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá (Cocamar). Fundada em 1963 é uma das maiores cooperativas do Brasil. A sede se localiza em Maringá (PR). A cooperativa atua na produção, industrialização e comercialização de produtos derivados: café; soja; laranja; algodão (caroço e pluma); trigo; canola; girassol; eucalipto; óleo de milho; polpa de frutas; polpa de tomate; mostarda; álcool.

⁴⁷ Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia (Carol). Fundada em 1963, atualmente a cooperativa estende sua associação aos produtores de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás e Minas Gerais. Atua no mercado de sementes de soja, farelo de soja, nutrição animal e forragens com marca própria.

⁴⁸ Referência à Tereos Internacional, controlada pelo grupo francês Tereos, uma cooperativa que reúne mais de 12 mil agricultores associados e é um dos principais produtores de açúcar, amido, etanol, álcool e energia do mundo.

⁴⁹ Não há referências que se trate de uma cooperativa. Trata-se de um dos principais produtores de açúcar do mundo. As suas atividades englobam a produção e a distribuição de açúcar, edulcorantes, aditivos alimentares, amido, melão, produtos agrícolas (inclusive serviços), gelados e alimentos congelados. A Südzucker exerce a maior parte das suas atividades na Alemanha, em particular no Sul e Este deste país, bem como na Bélgica, na Áustria e na Europa Oriental.

M.G. – E ele tem a mesma importância em todas as cadeias ou em algumas mais do que outras?

L.C. – Algumas mais do que outras: grãos têm muita importância, na área de açúcar e álcool tem muita importância, algumas coisas tipo laranja não, tem menos importância, na borracha, cacau, essas grandes culturas, madeira, celulose, nem tanto. Café tem muita importância. Normalmente as agriculturas que têm agricultores menores. Se você olhar São Paulo hoje, o que é São Paulo hoje? São Paulo hoje significa uma agricultura média de sessenta hectares, Rio Grande de Sul é menos. Então essa coisa está acontecendo, esse processo está acontecendo. Então eu acredito que o cooperativismo é um processo que realmente tem importância crescente no Brasil.

M.G. – Agora, você estava falando, uma coisa que eu tenho ouvido bastante e que vem ocorrendo também nos últimos tempos é que para alguns produtores, fornecedores, em alguns casos é mais negócio arrendar a terra do que continuar produzindo, o que significa um processo de abandono da agricultura em médio prazo – o doutor Roberto fala muito disso – é quase meio passo para vender e sair da terra.

L.C. – Esse é um processo que se iniciou com muita força na medida em que nós tivemos os ciclos de expansão. O ciclo de expansão do Pró-álcool foi o primeiro grande ciclo e depois nós tivemos esse ciclo de expansão agora de 2004, que foi a grande expansão dessa *main field*. Basicamente essa grande expansão... Não como antigamente que você montava uma indústria e tinha um tamanho cem, aí você ia conversando, conhecendo os agricultores e ia para cento e vinte... Essa é a história, você e seus agricultores. Hoje os caras já chegam com mil e dois anos depois vão para três mil, quatro mil. Não dá nem tempo de você ter isso. Então eles partem para fazer o chamado arrendamento das terras. Os agricultores que sabem fazer conta, eles fazem a conta das dificuldades que eles têm, da variabilidade de preço do negócio dele e ele percebe que dependendo do nível que a usina pague há o preço que ele sabe qual e que a partir do momento para ele é mais negócio fazer o arrendamento e para a usina é um bom negócio ainda. É quando as coisas acontecem. Então muitos desses não saem da terra. Eles arrendam uma terra em Araraquara, compram uma terra em Mato Grosso ou Goiás e expandem a produção. Muitos deles por serem competentes fazem esse arrendamento, monta uma empresa de serviço e começa a prestar serviço para toda região, inclusive para a usina. Então muita coisa está acontecendo, é difícil imaginar como vai ser. Mas as coisas estão mudando e esse é um sofrimento de todos nós, as coisas mudam muito rápido e você, às vezes, tem dificuldade de acompanhar mudanças. Eu tomo cada susto, mas estão acontecendo e a gente nunca sabe direito como vai ser. Eu acho que o mais importante nisso tudo é de fato a gente sentir os resultados na prática, principalmente na questão da renda. Naquela visão que eu tenho do século XXI que eu te falei que eu acho que vai acontecer - que é do José Roberto Mendonça de Barros⁵⁰, que é do Roberto⁵¹,

⁵⁰ José Roberto Mendonça de Barros, economista brasileiro. É sócio fundador da MB Associados (1978), empresa de consultoria econômica. Participou do desenvolvimento do Projeto do Novo Mercado para a BOVESPA. Foi Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (1995 – 1998). Foi professor titular da Faculdade de Economia e Administração na Universidade de São Paulo (1967 – 2002) e membro do Comitê Estratégico da Companhia Vale do Rio Doce (2001 – 2005). Atualmente é articulista do jornal O Estado de São Paulo e membro do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil), da BM&FBovespa e da Tecnisa. Atua também como Membro do Conselho Consultivo do grupo O Estado de São Paulo e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

⁵¹ Referência a Roberto Rodrigues.

do Graziano⁵², todo mundo hoje tem essa visão – é que se a gente vai ter preço e o preço é um componente muito importante da renda, por outro lado o outro componente é a questão dos custos, ou seja, a produtividade e os custos operacionais. Muitos desses caras sabem que para a dimensão, para a escala que eles vão ter que ter eles não vão ter custos. Então eles preferem arrendar sua terra, que tem um alto valor pela localização que ele está, e ir para outra região que ele possa ir para pecuária ou fazer milho, tendo renda assegurada e aí se arriscando mais, mas tendo renda assegurada. O difícil quando o cara, em um país que não tem seguro rural, corre o risco todo sozinho. Outro dia eu estava perguntando para o pessoal do Rio Grande do Sul e eles me perguntaram isso, eu falei: “Você tem noção do que é o risco de um agricultor? Você contrata uma empresa de seguros e se pegar fogo na sua indústria você está assegurado. O agricultor não tem essa chance, não existe uma linha que viabiliza isso para ele”. Então se resolver gear, chover ou não chover ele está completamente exposto. Então é muito diferente a análise que o pessoal faz de risco, a agricultura é de um risco inacreditável. A questão do Rio Grande do Sul no ano passado, a questão dos americanos... Vocês viram o que aconteceu nos Estados Unidos? Para o agricultor nada, ele está completamente assegurado. Para o país sim, óbvio, mas não para o agricultor. Aqui sofremos todos nós e sofre o agricultor também, sobe o preço e fica essa insegurança toda, e ele entrega a terra ou cai fora, fica endividado, não consegue mais fazer financiamento porque tem dívida. Nós temos ainda um caminho muito longo para arrumar essas coisas.

M.G. – E o seguro agrícola aqui ainda é muito caro, não é?

L.C. – Ainda é muito caro e ninguém tem, é inviável, ou tem pouco, atende pouca gente. Mas nós estamos com esperança. O Paulinelli⁵³ estuda muito isso. Nós tivemos com o ministro no nosso comitê estratégico e ele apresentou uma série de idéias, ele está conversando com o setor privado que tem interesse em colocar dinheiro. A gente acha que está encontrando um bom caminho. Há um projeto de lei que está caminhando razoável também. Acho que em cinco anos a gente muda muito essas coisas.

M.G. – Quer dizer, o senhor acha que tem espaço aí para a agricultura brasileiro crescer muito, se projetar mais...?

L.C. – Não tenho dúvidas disso. Acho inclusive que o nosso governo está até fazendo, não há momento melhor para acordos bilaterais. Como aquela história da China que te contei do Roberto, o Brasil é a bola da vez. Então a gente tinha que estar fazendo essas coisas. Eu tenho muita esperança que a gente abra os olhos e consiga fazer isso, olhando mais tecnicamente, mais de oportunidade de mercado e técnico, e menos para o lado político. A gente está muito politizado nas discussões. Eu tenho esperanças que isso diminua.

M.G. – Deixa eu te fazer uma pergunta que eu sempre faço para todo mundo e esqueci de te fazer: o senhor é casado?

L.C. – Casado. Três filhos.

M.G. – A sua esposa trabalha?

L.C. – Trabalha. Ela é formada em História.

M.G. – Por onde?

⁵² Referência a José Graziano;

⁵³ Referência a Alysson Paulinelli.

L.C. – Pela universidade de Piracicaba, da Unimep. E ela trabalha na área de comercial junto com a nossa filha.

M.G. – Qual é a idade dos seus filhos?

L.C. – Eu tenho uma escadinha de dois em dois anos: trinta três, trinta e um e vinte nove.

M.G. – E o que eles estudaram?

L.C. – Administração, Economia, um deles trabalha comigo que é o economista, e a minha filha é psicóloga formada aqui na Mackenzie.

M.G. – E o senhor tem terras? É fazendeiro também?

L.C. – Eu não. O lado da minha mulher sim. Então eu tenho um dos filhos que toca isso, mas eu não, eu fico olhando de longe.

M.G. – [riso] Está ótimo então. Eu agradeço bastante o senhor pela sua atenção.

L.C. – Foi um prazer.

[FINAL DE DEPOIMENTO]